



Avaliação Externa das Escolas
Relatório de escola

Agrupamento de
Escolas de Canedo
SANTA MARIA DA FEIRA

Delegação Regional do Norte da IGE
Datas da visita: 9 a 11 de Fevereiro de 2010

I - INTRODUÇÃO

A Lei n.º 31/2002, de 20 de Dezembro, aprovou o sistema de avaliação dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, definindo orientações gerais para a auto-avaliação e para a avaliação externa.

Após a realização de uma fase-piloto, da responsabilidade de um Grupo de Trabalho (Despacho Conjunto n.º 370/2006, de 3 de Maio), a Senhora Ministra da Educação incumbiu a Inspeção-Geral da Educação (IGE) de acolher e dar continuidade ao programa nacional de avaliação externa das escolas. Neste sentido, apoiando-se no modelo construído e na experiência adquirida durante a fase-piloto, a IGE está a desenvolver esta actividade, entretanto consignada como sua competência no Decreto Regulamentar n.º 81-B/2007, de 31 de Julho.

O presente relatório expressa os resultados da avaliação externa do Agrupamento de Escolas de Canedo – Santa Maria da Feira, realizada pela equipa de avaliação, na sequência visita efectuada entre 9 e 11 de Fevereiro de 2010.

Os capítulos do relatório – *Caracterização do Agrupamento*, *Conclusões da Avaliação por Domínio*, *Avaliação por Factor* e *Considerações Finais* – decorrem da análise dos documentos fundamentais do Agrupamento, da sua apresentação e da realização de entrevistas em painel.

Espera-se que o processo de avaliação externa fomente a auto-avaliação e resulte numa oportunidade de melhoria para o Agrupamento, constituindo este relatório um instrumento de reflexão e de debate. De facto, ao identificar pontos fortes e pontos fracos, bem como oportunidades e constrangimentos, a avaliação externa oferece elementos para a construção ou o aperfeiçoamento de planos de melhoria e de desenvolvimento de cada escola, em articulação com a administração educativa e com a comunidade em que se insere.

A equipa de avaliação externa salienta que o Agrupamento não respeitou integralmente as regras de constituição de alguns dos painéis de entrevista, nomeadamente no painel dos pais e dos docentes sem cargos.

O texto integral deste relatório está disponível
no sítio da IGE na área
[Avaliação Externa das Escolas 2009-2010](#)

ESCALA DE AVALIAÇÃO

Níveis de classificação dos cinco domínios

MUITO BOM – Predominam os pontos fortes, evidenciando uma regulação sistemática, com base em procedimentos explícitos, generalizados e eficazes. Apesar de alguns aspectos menos conseguidos, a organização mobiliza-se para o aperfeiçoamento contínuo e a sua acção tem proporcionado um impacto muito forte na melhoria dos resultados dos alunos.

BOM – A escola revela bastantes pontos fortes decorrentes de uma acção intencional e frequente, com base em procedimentos explícitos e eficazes. As actuações positivas são a norma, mas decorrem muitas vezes do empenho e da iniciativa individuais. As acções desenvolvidas têm proporcionado um impacto forte na melhoria dos resultados dos alunos.

SUFICIENTE – Os pontos fortes e os pontos fracos equilibram-se, revelando uma acção com alguns aspectos positivos, mas pouco explícita e sistemática. As acções de aperfeiçoamento são pouco consistentes ao longo do tempo e envolvem áreas limitadas da escola. No entanto, essas acções têm um impacto positivo na melhoria dos resultados dos alunos.

INSUFICIENTE – Os pontos fracos sobrepõem-se aos pontos fortes. A escola não demonstra uma prática coerente e não desenvolve suficientes acções positivas e coesas. A capacidade interna de melhoria é reduzida, podendo existir alguns aspectos positivos, mas pouco relevantes para o desempenho global. As acções desenvolvidas têm proporcionado um impacto limitado na melhoria dos resultados dos alunos.

II – CARACTERIZAÇÃO DO AGRUPAMENTO

O Agrupamento de Escolas de Canedo abrange as freguesias de Canedo e Vila Maior do concelho de Santa Maria da Feira e a freguesia da Lomba do concelho de Gondomar. Engloba uma escola básica com 2.º e 3.º ciclos de Canedo (Escola-Sede), oito jardins-de-infância (JI) e oito escolas básicas com 1.º ciclo (EB1). A arquitectura da Escola-Sede está estruturada por um edifício principal, destinado aos serviços e às actividades lectivas, o edifício dos balneários e o pavilhão gimnodesportivo, estando também instalada uma sala pré-fabricada (sala modelar) destinada a uma turma do 1.º ciclo. A maioria das escolas básicas com 1.º ciclo, de tipologia «Plano dos Centenários», não dispõe de espaços específicos que estejam para além das tradicionais salas de aula. Procedeu-se, em algumas, a adaptações de espaços e/ou instalou-se salas pré-fabricadas para refeitório escolar e sala de apoio às actividades de enriquecimento curricular. A maioria dos JI funciona em edifícios construídos de raiz, havendo, em alguns, falta de espaços específicos, nomeadamente para o funcionamento das actividades de apoio à família.

Os dados do *Perfil do Agrupamento*, apresentam-nos uma população escolar constituída por 1215 crianças/alunos: 177 na educação pré-escolar (11 grupos), 427 no 1.º ciclo (23 turmas, 3 das quais instaladas na Escola-Sede por haver falta de salas na EB1 de Mirante), 239 no 2.º ciclo (11 turmas), 292 no 3.º ciclo (13 turmas), 39 nos cursos de educação e formação (2 turmas) e 41 nos cursos de educação e formação de adultos (2 turmas). O número de alunos que usufruem de auxílios económicos, no âmbito da Acção Social Escolar, é de 697 (67,1%), sendo 372 abrangidos pelo escalão A (35,8%) e 325 pelo B (31,3%). São 452 os alunos que dispõem de computador em casa (43,5%) dos quais 207 com acesso à Internet, representando estes 19,9% dos alunos do Agrupamento. São 586 (56,5%) os alunos que não têm computador. O Agrupamento integra também 48 alunos de 13 nacionalidades diferentes, dos quais 7 têm a Língua Portuguesa como Língua Não Materna.

As habilitações académicas conhecidas de 89,6% das mães e dos pais revelam que 48,1 % possuem o 2.º ciclo, 29% o 1.º ciclo, 12,9% o 3.º ciclo, 6,5% o ensino secundário, 3% têm formação superior e 0,5% não têm qualquer habilitação. Conhecem-se as actividades socioprofissionais de 68,1% dos pais e das mães, sendo 64% Operários, artífices e trabalhadores da indústria; 15,6% Trabalhadores dos serviços e comércio; 8,5% Trabalhadores não qualificados; 8,3% Quadros superiores, dirigentes e profissionais intelectuais; 3,1% Técnicos e profissionais de nível intermédio e 0,5% trabalhadores da agricultura e pescas.

O corpo docente (segundo os dados do *Perfil do Agrupamento*) é constituído por 127 professores, sendo 82 do quadro de escola e 45 contratados. Destes profissionais, 42,5 % têm menos de dez anos de serviço, 50,4% têm entre 10 e 29 anos e 7,1% têm 30 ou mais. O corpo não docente é constituído por 44 trabalhadores: cinco assistentes técnicos, 38 assistentes operacionais e uma técnica superior (psicóloga).

III – CONCLUSÕES DA AVALIAÇÃO POR DOMÍNIO

1. Resultados

SUFICIENTE

A monitorização das planificações e da avaliação dos alunos no 1.º ciclo e na educação pré-escolar e o trabalho cooperativo entre os docentes destes níveis de educação e ensino têm-se reflectido positivamente na melhoria dos resultados. Em 2009, apresenta uma taxa de sucesso superior à nacional no ensino básico, sendo a taxa de transição/conclusão superior nos 1.º e 2.º ciclos e inferior no 3.º ciclo. Tem resultados superiores aos nacionais, nas provas de aferição do 6.º ano, no último triénio, e, no último ano, nas provas de aferição do 4.º ano, tendo melhorado relativamente aos anos anteriores. Os resultados dos exames nacionais do 9.º ano são inferiores aos nacionais, no último ano, e pioraram relativamente ao(s) ano(s) anteriores.

O Agrupamento carece de mecanismos próprios que conduzam à participação e ao desenvolvimento cívico dos alunos dos 2.º e 3.º ciclos, que promovam, de forma sistemática, a auscultação e acolhimento das suas propostas e sugestões e permitam abordagens dirigidas ao seu envolvimento, participação e responsabilização. As iniciativas, neste âmbito, são, sobretudo individuais ou prendem-se com mecanismos de resposta ao normativo. Já no 1.º ciclo e na educação pré-escolar, o envolvimento dos alunos e crianças na planificação e avaliação das actividades faz parte do dia-a-dia da maioria das escolas. A percepção dos diferentes actores sobre o comportamento e a disciplina dos alunos é bastante negativa e as medidas adoptadas são ineficazes. A abordagem desta problemática não tem tido consenso entre os diferentes órgãos de direcção, administração e

gestão e as estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica e não foi assumida institucionalmente como prioritária, dependendo da acção individual dos docentes e dos directores de turma e do reforço de algumas medidas de acção preventiva. Há no Agrupamento iniciativas que reforçam a ligação da comunidade local com a escola e melhoram as expectativas dos alunos e das respectivas famílias. A oferta dos cursos de educação e formação e de adultos está em consonância com as prioridades nacionais de melhoria das classificações dos adultos e eliminação do abandono escolar, tendo neste caso obtido sucesso. O Agrupamento valoriza o mérito académico dos alunos e premeia a sua participação em diferentes actividades.

2. Prestação do serviço educativo

BOM

Os departamentos fazem articulação intra-departamental, sendo uma das prioridades em alguns deles. A articulação interdisciplinar assume maior evidência no 1.º ciclo e na educação pré-escolar, sendo, nos 2.º e 3.º ciclos, visível na gestão dos projectos curriculares de turma, com alguns sucessos nas áreas curriculares não disciplinares. O trabalho cooperativo desenvolvido entre os docentes tem assegurado as planificações de médio e longo prazo e a coerência entre o planeamento da actividade lectiva e as orientações aprovadas nas respectivas estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica. Este trabalho cooperativo tem-se reflectido, sobretudo, na articulação entre a educação pré-escolar e o 1.º ciclo, entre os docentes das actividades de enriquecimento curricular e os do 2.º ciclo, na produção e/ou selecção de materiais e recursos didácticos e pedagógicos, na aferição de instrumentos de avaliação, na definição de estratégias de diferenciação pedagógica e partilha de práticas e na superação de dificuldades que se prendem com a dimensão e isolamento da maioria das unidades da educação pré-escolar e do 1.º ciclo. A observação de aulas, a monitorização e avaliação do planeamento individual, da avaliação de alunos e a redefinição de estratégias e planos de acção e melhoria em função dos resultados obtidos ainda não são prioridades assumidas pelos responsáveis escolares.

O Agrupamento implementa medidas de apoio educativo aos alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente e aos que manifestam dificuldades de aprendizagem. Contudo, os dispositivos de acompanhamento e avaliação dos apoios especializados e dos apoios a alunos com dificuldades de aprendizagem ainda não integram, em pleno, os planos de melhoria do Agrupamento. A gestão dos apoios aos alunos com dificuldades de aprendizagem não é assumida integralmente como prioritária no Agrupamento. O Agrupamento inclui no respectivo Plano Anual um conjunto de actividades destinadas a promover o desenvolvimento das componentes activas, culturais, sociais e artísticas do currículo e a valorização dos saberes práticos e profissionais. Estes, predominantemente, ligados aos cursos de educação e formação a que o Agrupamento aderiu. Na educação pré-escolar e no 1.º ciclo realizam-se algumas actividades inseridas no ensino experimental das Ciências. Os docentes dos 2.º e 3.º ciclos programam e realizam algumas experiências no âmbito das Ciências da Natureza e das disciplinas de Físico-Química e Ciências Naturais. O desenvolvimento de um plano concertado de ocupação plena dos tempos escolares dos alunos, que esteja para além da ocupação dos tempos lectivos dos docentes em falta, não constitui preferência no Agrupamento, não obstante as necessidades identificadas pelos alunos e pelos pais.

3. Organização e gestão escolar

SUFICIENTE

O planeamento e a actividade do Agrupamento assentam em objectivos aparentemente quantificados, cujos indicadores de medida dificilmente se identificam ou não existem. Falta uma linha de acção totalmente coerente e adequada entre os documentos estruturantes e entre estes e os planos de acção de forma a consubstanciar as prioridades e estratégias de melhoria.

A continuidade das equipas pedagógicas nas diferentes turmas, ao longo do ciclo, é uma das prioridades, na distribuição do serviço docente, bem como privilegiam a rotatividade de funções do pessoal não docente nas áreas em que os respectivos recursos o permitem. A integração do pessoal docente e não docente pela primeira vez no Agrupamento faz parte dos planos de acção da direcção, dos departamentos e dos serviços onde vão exercer funções. Os professores e restantes trabalhadores manifestam satisfação relativamente ao ambiente educativo e à integração que lhes foi proporcionada. As condições de conservação e de habitabilidade das escolas que integram o Agrupamento são, na generalidade, boas, à excepção de algumas unidades da educação pré-escolar e do 1.º ciclo que acusam problemas na conservação e manutenção de instalações e equipamentos e carecem de salas de aula e de alguns espaços específicos. Algumas destas fragilidades ficarão

superadas com a construção do Centro Escolar de Canedo. Os recursos financeiros têm sido encaminhados prioritariamente para a melhoria dos equipamentos e das instalações da Escola-Sede. A participação e o envolvimento dos pais e encarregados de educação na vida escolar são problemáticas diagnosticadas no Projecto Educativo, o que levou à monitorização da presença daqueles nas reuniões das turmas e no horário de atendimento dos directores de turma. No entanto, a sua participação na vida escolar tem melhorado progressivamente. O Agrupamento conta com associações de pais dinâmicas e interventivas. A supra municipalidade tem sido uma mais-valia para o Agrupamento, sendo, nomeadamente, a sua actividade enriquecida com propostas diferenciadas dos municípios que o abrangem.

O Agrupamento consagra nos documentos estruturantes opções que respeitam, globalmente, os princípios de equidade e justiça e adopta medidas que, em regra, se inserem na promoção da igualdade de oportunidades e inclusão sócio-escolar. Porém, a sua operacionalização nem sempre se coaduna com os interesses e os direitos dos alunos. A organização dos apoios educativos aos alunos com dificuldades de aprendizagem, nos 2.º e 3.º ciclos, não garante os apoios a todos eles, havendo, frequentemente, coincidências entre os horários dos apoios disponibilizados pelos docentes destes ciclos e o horário lectivo do aluno a outras disciplinas e/ou áreas disciplinares. As medidas organizativas adoptadas nem sempre acautelam os direitos dos alunos, nomeadamente nos apoios educativos referidos, e comprometem, com frequência, a discriminação positiva adoptada no âmbito da própria Acção Social Escolar.

4. Liderança

SUFICIENTE

O Agrupamento está ainda muito limitado na sua visão estratégica. Alguns dos poderes instituídos chegam mesmo a obstaculizar acções proactivas individuais ou de grupo que ainda vão surgindo, dentro e fora dos órgãos. A definição, hierarquização e calendarização efectiva de objectivos e de metas claras, quantificáveis e avaliáveis e o estabelecimento de prioridades e de planos de acção para a resolução dos problemas da escola não constituem uma estratégia de gestão prioritária generalizada, nas diferentes lideranças de topo e intermédias. Este caminho não facilita o estabelecimento da articulação entre os órgãos e a mobilização dos próprios actores, bem como a definição de uma visão e estratégia próprias.

A comunidade escolar reconhece que a reabilitação de alguns projectos e clubes de natureza lúdica, social e cultural, que outrora mereceram o reconhecimento de áreas de excelência, constitui uma solução para a melhoria do desenvolvimento cívico e enriquecimento curricular e a resposta à ocupação plena dos tempos escolares dos alunos. Persiste, ainda, a ausência de dinâmicas organizacionais tendentes à afirmação das tecnologias de informação e comunicação, a otimizar com a implementação, em curso, do Plano Tecnológico da Educação. A adesão às iniciativas das Câmaras Municipais da sua área de influência, o conhecimento das actividades desenvolvidas noutros agrupamentos que estas iniciativas proporcionam, a aderência às propostas nacionais de política educativa e a integração da educação pré-escolar e do 1.º ciclo no Agrupamento têm constituído oportunidades singulares para o seu desenvolvimento, para a abertura ao meio e têm criado condições que permitem as iniciativas individuais que aparecem em diferentes elementos da comunidade escolar e em alguns dos órgãos. O Agrupamento aderiu à maioria dos projectos nacionais e, ainda que as suas opções não privilegiem a aposta em actividades de enriquecimento curricular, subsistem alguns projectos próprios. Entre as parcerias estabelecidas assumem particular destaque as parcerias com o Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental e com a CERCILamas.

5. Capacidade de auto-regulação e melhoria do Agrupamento

SUFICIENTE

O processo de auto-avaliação do Agrupamento começou com o observatório da qualidade e foi, inicialmente, direccionado para a avaliação do Projecto Educativo e das diferentes lideranças. O seu aperfeiçoamento tem sido contínuo e a respectiva equipa já tem sugestões de melhoria do seu plano de trabalho. O pessoal docente e não docente, os alunos e os pais foram auscultados através de questionários, tendo-se envolvido as diversas estruturas intermédias na sua elaboração. A auto-avaliação consistiu na análise destes questionários e de outros elementos, nomeadamente dados estatísticos de avaliação dos alunos e do funcionamento das diferentes estruturas. Houve divulgação dos dados tratados aos docentes e aos diferentes órgãos de direcção, gestão e administração para reflexão. No entanto, o impacto da auto-avaliação ficou condicionado pela ausência de uma divulgação mais abrangente e sistemática destes resultados, por se centrar exclusivamente nos pontos fracos e nas áreas de melhoria sem clarificar os pontos fortes, o que condiciona a definição de prioridades e a

estruturação de planos de melhoria. As práticas de auto-avaliação já implementadas e o empenho demonstrado no sentido de valorizar e de dar visibilidade ao processo de auto-avaliação poderão constituir os alicerces para o progresso sustentado do Agrupamento.

IV – AVALIAÇÃO POR FACTOR

1. Resultados

1.1 Sucesso académico

A taxa de sucesso do ensino básico regular é superior à nacional em 1,5%, em 2009. As taxas de transição/conclusão do 3.º ciclo variam entre os 73,1% (7.º ano) e os 91,5% (8.º ano), sendo, no ciclo, inferior à nacional em 1,4%. Já nos 1.º e 2.º ciclos, as taxas de sucesso são superiores às nacionais em 2,3% e 4,5%, respectivamente. Os resultados das provas de aferição do 6.º ano, realizadas nos últimos três anos, são superiores aos nacionais, no intervalo 2,7% e 15,1%. No 4.º ano, estes resultados melhoraram e, com excepção das provas de Língua Portuguesa em 2008 e de Matemática em 2007 e 2008, também são superiores aos nacionais. Já os resultados dos exames nacionais do 9.º ano pioraram, sendo inferiores aos nacionais em Língua Portuguesa, em 2009, e em Matemática, em 2007 e 2009. O abandono escolar foi reduzido nos últimos três anos para valores residuais, graças ao empenho dos directores de turma e ao encaminhamento dos alunos em risco de abandono para os cursos de educação e formação. A monitorização das planificações e da avaliação dos alunos, nomeadamente dos registos relativos ao percurso e evolução das aprendizagens das crianças na educação pré-escolar, e a cooperação dos docentes do 1.º ciclo, neste âmbito, no respectivo departamento tiveram muito impacto na melhoria dos resultados dos alunos, particularmente em Língua Portuguesa e Matemática. O Agrupamento tem mantido uma melhoria sustentada dos resultados dos alunos no 2.º ciclo, mas está com dificuldades na melhoria dos resultados do 3.º ciclo, particularmente, no 7.º ano e nos exames nacionais do 9.º ano.

1.2 Participação e desenvolvimento cívico

O Regulamento Interno é discutido com os alunos, pelos directores de turma, nas aulas de Formação Cívica, particularmente, os respectivos direitos e deveres. Procedem-se à eleição dos delegados e subdelegados de turma, fazendo-se representar, sobretudo, nas actividades que a lei lhes consagra (e.g., participação nos conselhos de turma de natureza disciplinar e na elaboração dos projectos curriculares de turma). Em algumas turmas do 1.º ciclo, nas assembleias realizadas semanalmente, elegem-se os alunos responsáveis pela turma. Os alunos do 1.º ciclo e as crianças da educação pré-escolar são envolvidos frequentemente na planificação e avaliação das actividades, bem como algumas turmas dos 2.º e 3.º ciclos nas áreas curriculares não disciplinares de Formação Cívica e Área de Projecto. A avaliação das actividades previstas no Plano Anual de Actividades envolve sempre os alunos e estes foram auscultados, através de questionários, no âmbito da auto-avaliação. Os responsáveis do Agrupamento são sensíveis às propostas apresentadas por estes mas consideram-nas excessivamente voltadas para a diversão. O Agrupamento carece de mecanismos próprios de auscultação e acolhimento de propostas e sugestões dos discentes, que privilegiem o seu envolvimento, participação e responsabilização. Nos 2.º e 3.º ciclos são poucas as actividades e tarefas a cargo dos alunos. Estes mostram-se insatisfeitos com o ambiente escolar. Os JI, as EB1 e alguns docentes, incluindo directores de turma, têm-se envolvido na implementação de projectos que promovem o desenvolvimento da solidariedade e da cidadania (e.g., Projecto *Levanta-te contra a pobreza*).

1.3 Comportamento e disciplina

A identificação da problemática do comportamento e da disciplina dos alunos é recorrente em documentos do Agrupamento (e.g., relatório de auto-avaliação). O número de faltas disciplinares e participações dos docentes aumentou nos últimos três anos. Os diferentes actores têm uma percepção bastante negativa acerca do comportamento e da disciplina dos alunos, particularmente dos 2.º e 3.º ciclos, na sala de aula e outros espaços escolares. A problemática é analisada e reflectida na comunidade escolar, adiantando-se e aprovando-se estratégias que podem integrar um plano de acção que não consegue ganhar a consistência nem os

envolvimentos necessários dos diferentes actores escolares, por exemplo, a proposta de criação do gabinete de apoio ao aluno não se desenvolveu, apesar de ter sido aprovada em Conselho Pedagógico. A abordagem desta problemática é uma abordagem individual dos diferentes docentes e, no caso dos 2.º e 3.º ciclos, também dos directores de turma nas aulas de Formação Cívica e nos respectivos conselhos de turma. Têm havido algumas iniciativas que visam o conhecimento, a apropriação de regras e orientações de funcionamento do Agrupamento (e.g., reuniões de distribuição e análise do Regulamento Interno com os pais, pela direcção, no início do ano lectivo, e com os directores de turma, ao longo do ano). Os pais e os alunos sabem que as atitudes e o comportamento destes face à escola estão contemplados nos critérios de avaliação e são tidos em conta na avaliação dos discentes.

1.4 Valorização e impacto das aprendizagens

A criação dos cursos de educação e formação destinados aos jovens que abandonaram a escola ou em risco de abandono e dos cursos de educação e formação de adultos são iniciativas a que o Agrupamento aderiu e que claramente têm contribuído para elevar as expectativas dos alunos, das famílias e da comunidade educativa face à escola e têm satisfeito algumas das necessidades locais. A divulgação/exposição dos trabalhos desenvolvidos nestes cursos é valorizada pela comunidade. O Agrupamento considera que as expectativas da maioria dos alunos e das respectivas famílias são muito baixas, no entanto, são poucos os mecanismos que as permitem diagnosticar. Tem apostado na divulgação dos seus trabalhos/actividades nos diferentes estabelecimentos (e.g., a realização de desfiles locais de Carnaval), na sede de Agrupamento (e.g., Feira da Primavera) e noutros locais (e.g., nas actividades das autarquias). A Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola-Sede atribui anualmente um prémio ao melhor aluno de cada turma e a Agência Praça (Seguros) atribui prémios aos melhores alunos do 9.º ano. Trata-se de iniciativas que têm reforçado a ligação da comunidade com a escola. O Agrupamento atribui também outros prémios relativos a concursos que realiza no âmbito das actividades e projectos que desenvolve (e.g., prémio do Torneio de Xadrez, prémio *Bibliopaper*) que, conjuntamente com os anteriormente referidos, têm contribuído para a melhoria do empenho dos alunos no estudo e no trabalho escolar.

2. Prestação do serviço educativo

2.1 Articulação e sequencialidade

Os departamentos asseguram as planificações de médio e longo prazo no conselho de docentes da educação pré-escolar, nas coordenações de ano do 1.º ciclo e nas coordenações de disciplina/área disciplinar nos 2.º e 3.º ciclos. O trabalho cooperativo encetado nas coordenações da educação pré-escolar e do 1.º ciclo assegura a produção e/ou selecção de materiais e recursos didáctico-pedagógicos, a aferição de instrumentos de avaliação, a definição de estratégias de diferenciação pedagógica e a partilha de práticas científico-pedagógicas relevantes. Os departamentos e as coordenações de disciplina/área disciplinar elaboram testes diagnósticos para a maioria dos alunos, a aplicar no início de cada ano escolar, por disciplina e área disciplinar. A articulação intra-departamental é uma das prioridades assegurada nos departamentos e coordenações que os integram. A articulação interdisciplinar assume maior evidência na educação pré-escolar e no 1.º ciclo, nos respectivos processos de planeamento e avaliação dos alunos, no desenvolvimento de actividades no próprio estabelecimento e entre as diferentes unidades educativas da mesma freguesia e/ou do Agrupamento, bem como nas actividades de enriquecimento curricular e nas promovidas pelas Câmaras Municipais. Nos 2.º e 3.º ciclos é, sobretudo, visível no desenvolvimento dos projectos curriculares de turma, particularmente nas áreas curriculares não disciplinares: Área de Projecto, Estudo Acompanhado e Formação Cívica. A articulação inter e intra-departamental também se salienta em algumas das acções incluídas no Plano Anual de Actividades. Não obstante o Agrupamento avaliar as actividades realizadas e incluídas no Plano Anual, não é conhecida a sua avaliação global, de modo a identificarem-se as situações de sucesso e de insucesso e com implicações efectivas nos resultados escolares. O Agrupamento aderiu a alguns projectos nacionais (e.g., Plano de Acção para a Matemática) e identifica já algumas situações de sucesso. No entanto, a adesão ao Plano de acção para a Matemática alargada a todos os ciclos do ensino básico não teve ainda reflexos nas diferentes estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica, no que respeita ao estabelecimento de metas e de critérios de avaliação dos planos de acção. O Agrupamento tem, desde o início do ano lectivo, uma psicóloga a tempo

inteiro. Todavia, assegurou sempre a orientação vocacional dos alunos do 9.º ano e a informação das respectivas famílias através desta psicóloga, em contratos de prestação de serviços celebrados em anos anteriores, e da sua articulação com os directores de turma.

2.2 Acompanhamento da prática lectiva em sala de aula

O trabalho cooperativo desenvolvido entre os docentes da educação pré-escolar e os do 1.º ciclo garante um acompanhamento indirecto da prática lectiva. O isolamento e a dimensão destas unidades não é propício à observação de aulas entre pares, nem tal se incluiu no objectivo do trabalho até aqui desenvolvido. Já nos 2.º e 3.º ciclos, os departamentos e as coordenações de disciplina têm desempenhos bem mais diferenciados, mas nem todos nos dão totalmente estas garantias. Assume especial protagonismo a coordenação da Matemática e o respectivo Departamento, pelas práticas que contempla, inseridas no respectivo Plano de Acção para a Matemática a que aderiu (e.g., as assessorias). Há outras iniciativas comuns a este departamento e a outros, mas ainda não generalizadas, tais como a elaboração de matrizes comuns para alguns instrumentos de avaliação e a utilização de instrumentos comuns de avaliação à mesma disciplina/ano de escolaridade. Nestes ciclos, ainda não fazem parte dos planos de acção ou de melhoria das diferentes estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica: actividades de acompanhamento para superação de eventuais dificuldades dos docentes; a observação de aulas pelos pares e a monitorização e avaliação do planeamento individual; a monitorização da aplicação dos critérios de avaliação e dos resultados escolares dos alunos, por disciplina/ano de escolaridade e a redefinição de estratégias em função dos resultados obtidos. Em todos os ciclos e níveis de ensino procede-se à avaliação intermédia dos projectos curriculares de turma e estes são entendidos, sobretudo, como instrumentos de concertação e operacionalização de estratégias e procedimentos comuns na relação pedagógica com as crianças e alunos, ainda que, por vezes, sem sucesso.

2.3 Diferenciação e apoios

As crianças/alunos com necessidades educativas especiais são, na sua maioria, identificadas pelos docentes do ensino regular e encaminhados para equipa dos apoios educativos que, em articulação com o Serviço de Psicologia e Orientação e outros serviços do meio, faz a respectiva referenciação. O Agrupamento tem implementado medidas de apoio educativo para 28 alunos/crianças com necessidades educativas de carácter permanente: três crianças da educação pré-escolar com apoio directo na sala de aula, cinco alunos com currículo específico individual e 20 alunos com adequações curriculares individuais. Estão com plano individual de transição dois alunos, em articulação com a CERCILamas (na Área da Restauração) e CERCIFEira (Área da Serralharia). O apoio às crianças com necessidades educativas especiais é garantido por duas docentes da educação especial, uma apoiando as crianças/alunos da educação pré-escolar e do 1.º ciclo e outra os restantes alunos. No 1.º ciclo, aqueles que têm dificuldades de aprendizagem, nomeadamente alguns alunos com planos de acompanhamento e de recuperação, são apoiados por dois docentes de apoio educativo do 1.º ciclo. Contudo, estes iniciaram funções tardiamente e são frequentemente ocupados em substituições de outros docentes. Os apoios aos alunos com dificuldades de aprendizagem dos 2.º e 3.º ciclos, com excepção da disciplina de Matemática, estão entregues aos docentes dos alunos nas respectivas disciplinas. Há claramente fragilidades no acompanhamento e supervisão destes apoios e levantam-se algumas questões de equidade e justiça com prejuízo para os alunos (e.g., os horários definidos não garantem os apoios continuados a todos os alunos do mesmo docente). No âmbito da parceria estabelecida com o Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental há 16 alunos do 2.º ciclo apoiados directamente na Quinta Pedagógica do Centro, sete dos quais com necessidades educativas especiais. Há ainda alunos apoiados em terapia da fala. A responsável do Centro articula directamente com os directores das respectivas turmas. Os dispositivos de acompanhamento e avaliação dos apoios especializados, dos apoios a alunos com dificuldades de aprendizagem nos diferentes ciclos, bem como dos planos de recuperação, acompanhamento e desenvolvimento, ainda não fazem parte dos planos de acção e de melhoria do Agrupamento, não obstante as coordenadoras dos directores de turma dos 2.º e 3.º ciclos estarem a introduzir alguns mecanismos de acompanhamento e avaliação dos mesmos.

2.4 Abrangência do currículo e valorização dos saberes e da aprendizagem

A Escola-Sede dispõe de condições para a realização da actividade experimental, nomeadamente de laboratórios, equipamentos, materiais e de desdobramento das turmas nas disciplinas de Físico-Química e Ciências Naturais, no 3.º ciclo, e os docentes programam e realizam algumas experiências no âmbito destas disciplinas e das Ciências da Natureza no 2.º ciclo. Na educação pré-escolar e 1.º ciclo realizam-se algumas actividades inseridas no ensino experimental das Ciências. O Agrupamento inclui no respectivo Plano Anual um conjunto de actividades a desenvolver, na sua maioria em tempo lectivo. A sua abordagem insere-se no desenvolvimento de componentes activas, culturais, sociais e artísticas do currículo, nomeadamente em projectos (e.g., dinamização da duas bibliotecas inseridas na rede de bibliotecas escolares), em actividades (e.g., visitas de estudo) e na valorização dos saberes práticos e profissionais (e.g., exposições das actividades dos cursos de educação e formação). Desenvolve um plano de ocupação plena dos tempos lectivos das diferentes turmas dos 2.º e 3.º ciclos, mantendo docentes disponíveis para substituições em todo o horário lectivo. No entanto, não desenvolve um plano concertado de ocupação plena dos tempos escolares, que esteja para além da mera ocupação dos tempos lectivos dos docentes em falta, com actividades educativas e de enriquecimento do currículo, destinadas a todos os alunos, incluindo aqueles que obrigatoriamente permanecem na escola sem aulas (e.g., apoio no fim de uma manhã livre com transporte no início da manhã), não obstante serem necessidades já identificadas por alunos e pais.

3. Organização e gestão escolar

3.1 Concepção, planeamento e desenvolvimento da actividade

O Projecto Educativo aborda um conjunto de problemáticas que resultam já do processo de auto-avaliação (e.g., a insuficiente interiorização e aplicação de princípios e valores da cidadania por parte dos alunos). Face a estas problemáticas foram traçados objectivos aparentemente quantificados (e.g., melhorar atitudes e comportamentos em 15%), cujos indicadores de medida dificilmente se identificam ou não existem, sem que se estabelecessem prioridades e se concebesssem estratégias de melhoria. Por sua vez, não se vislumbra no Projecto Curricular de Agrupamento e, sobretudo, no Plano Anual de Actividades e nos projectos curriculares de turma uma linha de acção coerente e adequada entre estes documentos estruturantes e o Projecto Educativo, pelo que não se reconhece nestes documentos um plano de acção sistematizado, estratégico e intencionalmente capaz de debelar os problemas com os quais se confronta. O Agrupamento aposta de forma clara no desenvolvimento do currículo assente no princípio *Aprender a aprender*, pelo que todo o planeamento e distribuição das actividades e tarefas ao longo do ano privilegiam a componente curricular em detrimento das actividades de enriquecimento curricular. Este planeamento decorre da definição de prioridades pedagógicas estabelecidas ao nível dos órgãos de direcção, gestão e administração e das estruturas intermédias e dos critérios de distribuição do serviço docente e de constituição de turmas e das orientações para as áreas curriculares não disciplinares inscritas no Projecto Curricular de Agrupamento. Ao nível dos projectos curriculares de turma avultam estratégias de intervenção, tendo em conta a especificidade das turmas e dos alunos e actividades diferenciadas em articulação com o Plano Anual de Actividades.

3.2 Gestão dos recursos humanos

A direcção define critérios de distribuição do serviço do pessoal docente e não docente, valoriza as suas competências pessoais e profissionais, demonstra abertura à formação contínua e incentiva a realização de acções de formação a nível interno e externo. No entanto, os docentes e não docentes manifestam insatisfação pela falta de acções de formação externa disponibilizada pelo centro de formação da área de abrangência do Agrupamento. Estão estabelecidas como prioridades a continuidade pedagógica dos docentes e do director de turma ao longo do ciclo e a atribuição das horas da componente não lectiva às modalidades de apoio educativo e de ocupação plena dos tempos lectivos por ausência do respectivo docente. O pessoal não docente exerce as suas funções por áreas funcionais, imperando a rotatividade anual, sempre que os recursos o permitem. Não foram fornecidas orientações claras e precisas aos assistentes operacionais, no acompanhamento dos alunos dos 3.º e 4.º anos de escolaridade integrados na Escola-Sede, à hora de almoço. Realça-se a satisfação dos

docentes e o ambiente propício quanto à sua integração no Agrupamento pela direcção e pelos coordenadores de departamentos.

3.3 Gestão dos recursos materiais e financeiros

As escolas do Agrupamento apresentam, na sua generalidade, boas condições de conservação e de habitabilidade, à excepção de algumas unidades da educação pré-escolar e do 1.º ciclo a necessitarem de obras de beneficiação. Algumas EB1 carecem de espaços interiores (e.g., refeitório) e exteriores (e.g., recreio coberto), sobretudo para a realização das actividades de enriquecimento curricular, de serviço de refeições e de recreio coberto em condições de tempo adversas, recorrendo-se em algumas escolas à instalação de unidades modelares. Este constrangimento poderá ser superado com a construção dos centros escolares, estando prevista a construção do Centro Escolar de Canedo, próximo da Escola-Sede. Esta integra três turmas dos 3.º e 4.º anos de escolaridade, uma delas a funcionar numa unidade modelar, e apresenta algumas dificuldades que se prendem com a gestão dos espaços. O controlo de entradas e saídas nem sempre é assegurado, prevendo-se que este problema possa ser obviado com o Plano Tecnológico da Educação (e.g., a implementação da utilização de cartão electrónico). O Agrupamento tem utilizado as verbas de que dispõe, nomeadamente as provenientes da cedência a título oneroso do pavilhão gímnodesportivo, na melhoria dos equipamentos e das instalações.

3.4 Participação dos pais e outros elementos da comunidade educativa

A participação e o envolvimento dos pais na vida escolar, sobretudo, dos alunos dos 2.º e 3.º ciclos, constituem problemáticas diagnosticadas no Projecto Educativo, o que levou à monitorização da sua presença nas reuniões das turmas e no horário de atendimento dos directores de turma. A atenuação desta problemática tem vindo a ser alcançada com o esforço e a mobilização do Agrupamento e das associações de pais e encarregados de educação, com a valorização académica das famílias através dos cursos de educação e formação de adultos e do seu papel no acompanhamento dos seus educandos e com a realização de actividades (e.g., Feira da Primavera) de comemorações (e.g., dia do pai), de exposições (e.g., Semana das Ciências) e de acções de formação (e.g., Alimentação e Saúde). A organização, o planeamento e o funcionamento da acção educativa são veiculados aos pais, por inerência da sua representatividade no Conselho Pedagógico, Conselho Geral e conselhos de turma e, em função da sua relação de proximidade com os directores de turma/professores titulares de turma, nas horas de atendimento e nas reuniões. O Agrupamento estabelece uma relação profícua com as Câmaras Municipais de Gondomar e de Santa Maria da Feira e com as instituições locais e regionais protocoladas (e.g., formação em contexto de trabalho dos cursos de educação e formação).

3.5 Equidade e justiça

O Agrupamento consagra nos documentos estruturantes opções que respeitam, globalmente, os princípios de equidade e justiça. Adota medidas que, em regra, se inserem na promoção da igualdade de oportunidades e inclusão sócio-escolar, estabelecendo parcerias com entidades externas promotoras de inclusão (e.g., parceria com o Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental) e adoptando medidas de discriminação positiva (e.g., atribuição de suplementos alimentares a alunos muito carenciados). No entanto, quando as operacionaliza adopta estratégias nem sempre coadunadas com os interesses e os direitos dos alunos, por exemplo, a organização dos apoios educativos aos alunos com dificuldades de aprendizagem, nos 2.º e 3.º ciclos não garante apoios a todos os que dele necessitam, e que geram algum descontentamento nestes e nas respectivas famílias (e.g., coincidência entre os horários dos apoios disponibilizados pelos docentes destes ciclos e o horário lectivo do aluno a outras disciplinas e/ou áreas disciplinares). Adoptam-se, também medidas organizativas que não acautelam a discriminação positiva dos alunos beneficiários dos auxílios económicos e a própria inclusão, nomeadamente nos acessos aos serviços de bufete (e.g., alunos com suplementos alimentares acedem a este sem qualquer senha, quando os outros discentes utilizam senhas previamente compradas, são facilmente identificados pelos colegas e desistem dos suplementos por vergonha) e às senhas para acesso ao refeitório (e.g., uma fila para alunos subsidiados e outra para os não subsidiados).

4. Liderança

4.1 Visão e estratégia

Os órgãos de direcção, gestão e administração e os documentos estruturantes não expressam uma visão estratégica do Agrupamento. O Projecto Educativo, embora identifique as problemáticas da sua realidade escolar e envolvente, não hierarquiza prioridades, nem estabelece metas claras e avaliáveis e medidas de intervenção estratégica. Este documento não consagra a orientação educativa do Agrupamento e, muito menos apresenta uma perspectiva de desenvolvimento e resolução dos seus problemas. As diferentes lideranças, no âmbito das suas competências, procedem à aprovação, planificação, coordenação e avaliação das actividades pedagógicas e têm vindo a analisar e a reflectir sobre as práticas educativas e os resultados escolares, a adoptar formas de actuação nos domínios da aplicação de estratégias de diferenciação pedagógica e da avaliação das aprendizagens. Todavia, não concebem planos estratégicos e de acção educativa em resposta às fragilidades identificadas no âmbito da auto-avaliação e plasmadas no Projecto Educativo, nomeadamente ao nível das atitudes e comportamento, da participação dos pais e melhoria do sucesso escolar, bem como no plano da generalização das tecnologias da informação e comunicação, da gestão dos apoios educativos e da ocupação dos tempos escolares dos alunos e da melhoria das condições de segurança, sobretudo, do controlo de entradas e saídas. Os cursos de educação e formação dos alunos e dos adultos, o ambiente educativo, a dinâmica das actividades recreativas e socioculturais fomentadas pelo Agrupamento e da iniciativa das Câmaras Municipais (e.g., Terra dos Sonhos) assumem-se como áreas de excelência e são reconhecidas pela comunidade educativa, em geral.

4.2 Motivação e empenho

A maioria do pessoal docente sente-se motivada e desenvolve o seu trabalho com determinação, empenho e profissionalismo, ainda que a sua acção educativa decorra, primordialmente, de iniciativas individuais, nos 2.º e 3.º ciclos, à excepção do trabalho colaborativo e plural dos conselhos de turma e coordenações de ciclo. Denota-se a falta efectiva de articulação entre a direcção e os restantes órgãos e estruturas intermédias, bem como alguma debilidade ao nível da comunicação e informação entre os diversos elementos da comunidade escolar, obstando a sua mobilização e co-responsabilização na implementação de planos de acção tendentes à melhoria das práticas educativas e dos resultados escolares. Não são conhecidas as orientações educativas a ter em conta na vigilância e acompanhamento das crianças dos 3.º e 4.º anos de escolaridade integradas na Escola-Sede, pelo pessoal não docente, no intervalo do almoço, coincidindo este com o dos restantes alunos, comprometendo o desenvolvimento cívico e o comportamento disciplinado destes. A substituição dos professores do 1.º ciclo, em regra, pelos docentes de apoio educativo, em detrimento da consecução do seu plano de acompanhamento de alunos com dificuldades de aprendizagem, constitui um entrave à melhoria do sucesso escolar.

4.3 Abertura à inovação

O Agrupamento tem vindo a aderir a diferentes projectos nacionais e propiciadas pelas necessidades dos alunos e das famílias e do contexto envolvente (e.g., cursos de educação e formação) com impacto nas aprendizagens dos alunos. A reabilitação de alguns projectos e clubes de natureza lúdica, social e cultural, encerrados por opção da direcção por falta de espaços e que, outrora, mereceram o reconhecimento da comunidade escolar como áreas de excelência no desenvolvimento da cidadania, responsabilidade, respeito mútuo e autonomia dos alunos, são apontados como soluções para a melhoria do desenvolvimento cívico e enriquecimento curricular e resposta para a ocupação plena dos tempos escolares. No Agrupamento persistem, ainda, ausência de dinâmicas organizacionais tendentes à afirmação das tecnologias da informação e comunicação, quer na comunicação entre docentes e entre estes e os alunos, entre as diferentes unidades de ensino e entre estas e as famílias, quer no ambiente de sala de aula, a otimizar com a implementação do Plano Tecnológico da Educação em curso. A atribuição de apoios educativos a todas as disciplinas e a sua distribuição nos meios-dias livres dos alunos e/ou nos tempos livres entre as actividades lectivas, conjugadas com as condicionantes dos transportes escolares, revelam-se inadequadas e ineficazes, gerando o absentismo dos alunos e comprometendo o seu sucesso escolar.

4.4 Parcerias, protocolos e projectos

A articulação entre as Câmaras Municipais de Gondomar e de Santa Maria da Feira e o Agrupamento tem sido estreita, estratégica e pró-activa, quer nos termos do estatuído por lei (e.g., actividades de enriquecimento curricular), quer na participação em actividades e projectos conjuntos (e.g., Projecto ESC+ com o município de Santa Maria da Feira). Realça-se o esforço destas entidades na conservação e melhoria das instalações/equipamentos (e.g., instalação de unidades modelares) e na dinamização de actividades, envolvendo as diferentes unidades da educação pré-escolar e do 1.º ciclo (e.g., Terra dos Sonhos) e manifestando total abertura às solicitações, propostas e sugestões dos coordenadores e representantes destes estabelecimentos. O Agrupamento aderiu a projectos nacionais com repercussões nas aprendizagens dos alunos, nomeadamente ao Plano de Acção para a Matemática, Plano Nacional de Leitura, Rede de Bibliotecas Escolares e Desporto Escolar. Ainda que as suas opções não privilegiem a aposta em actividades de enriquecimento curricular, subsistem alguns projectos próprios (e.g., Clube de Protecção Civil). Estabelece parcerias com instituições do meio envolvente, no âmbito dos estágios dos cursos de educação e formação, da integração de crianças com necessidades educativas, da saúde e da segurança. Assume particular destaque a parceria com o Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental que permite a promoção da inclusão de um número alargado de alunos do 6.º ano.

5. Capacidade de auto-regulação e melhoria do Agrupamento

5.1 Auto-avaliação

A auto-avaliação do Agrupamento iniciou-se em 2006-2007 sob a forma de observatório da qualidade e com o objectivo de avaliar, ainda que de um modo rudimentar, o Projecto Educativo e o desempenho das diferentes lideranças de topo e intermédias. Numa lógica bienal foram elaborados questionários para auscultação de pessoal docente e não docente, alunos e pais, tendo sido envolvidas diversas estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica na sua elaboração. A informação recolhida no âmbito deste processo incidiu tanto sobre a análise dos questionários, como sobre evidências da vida escolar (e.g., resultados da avaliação dos alunos, número de conselhos disciplinares, contactos dos directores de turma com os encarregados de educação). Estes dados foram tratados e divulgados aos docentes para posterior reflexão nos diversos órgãos de direcção, administração e gestão. No entanto, o seu impacto ficou condicionado pela ausência de uma divulgação mais abrangente e sistemática. No relatório de auto-avaliação, a análise centrou-se sobretudo nos pontos fracos e nas áreas de melhoria, não existindo uma identificação clara dos pontos fortes, o que condiciona uma definição unívoca de prioridades e a estruturação e implementação de planos de melhoria. O Agrupamento está atento à diversa informação que recebe sobre o seu desempenho, introduzindo algumas melhorias. Há preocupação com o aperfeiçoamento do processo de auto-avaliação, visível nas sugestões de melhoria que a equipa apresenta para a reestruturação do próprio processo.

5.2 Sustentabilidade do progresso

O processo de auto-avaliação tem contribuído para o incremento da reflexão interna sobre a realidade organizacional ao nível das estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica. O Agrupamento conhece os seus pontos fracos e identifica-os detalhadamente, no sentido de implementar algumas medidas de superação dos mesmos. No entanto, revela alguma dificuldade em elencar pontos fortes, o que poderá dificultar a consolidação dos mesmos e o apoio neles para o desenvolvimento futuro. As práticas de auto-avaliação já implementadas e o empenho demonstrado no sentido de valorizar e de dar visibilidade ao processo de auto-avaliação poderão constituir os alicerces para o progresso sustentado do Agrupamento.

V – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, apresenta-se uma selecção dos atributos do Agrupamento de Escolas de Canedo, (pontos fortes e fracos) e das condições de desenvolvimento da sua actividade (oportunidades e constrangimentos). A equipa de avaliação externa entende que esta selecção identifica os aspectos estratégicos que caracterizam o agrupamento e define as áreas onde devem incidir os seus esforços de melhoria.

Entende-se aqui por:

- **Pontos fortes** – atributos da organização que ajudam a alcançar os seus objectivos;
- **Pontos fracos** – atributos da organização que prejudicam o cumprimento dos seus objectivos;
- **Oportunidades** – condições ou possibilidades externas à organização que poderão favorecer o cumprimento dos seus objectivos;
- **Constrangimentos** – condições ou possibilidades externas à organização que poderão ameaçar o cumprimento dos seus objectivos.

Os tópicos aqui identificados foram objecto de uma abordagem mais detalhada ao longo deste relatório.

Pontos fortes

- As taxas de sucesso dos 1.º e 2.º ciclos em 2009 e a redução do abandono escolar a valores residuais.
- A articulação na educação pré-escolar e no 1.º ciclo do ensino básico e entre ambos.
- O impacto dos cursos de educação e formação para jovens e adultos na valorização dos saberes práticos e profissionais.
- A melhoria da participação dos pais e encarregados de educação na vida escolar e o dinamismo e a intervenção das respectivas associações.
- As parcerias estabelecidas com o Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental e a CERCI Lamas.

Pontos fracos

- A taxa de sucesso do 3.º ciclo e os resultados dos exames nacionais do 9.º ano, inferiores aos nacionais em 2009.
- O mau comportamento e a indisciplina dos alunos dos 2.º e 3.º ciclos.
- A ausência de mecanismos sistemáticos conducentes à participação e ao desenvolvimento cívico dos alunos.
- A falta de mecanismos sistemáticos de monitorização da prática lectiva em sala de aula.
- A inexistência de um plano concertado de ocupação plena dos tempos escolares e da gestão dos apoios educativos dos alunos com dificuldades de aprendizagem, na Escola-Sede.
- A falta de uma linha de acção totalmente coerente e adequada entre os documentos estruturantes e entre estes e os planos de acção.
- A ausência de uma estratégia assente na definição, hierarquização e calendarização efectiva de objectivos e de metas claras, quantificáveis e avaliáveis e no estabelecimento de prioridades e de planos de acção para a resolução dos problemas.
- O incipiente impacto do processo de auto-avaliação.

Oportunidades

- A construção do Centro Escolar de Canedo poderá constituir o primeiro passo para minimizar o problema das instalações e equipamentos com que o Agrupamento se debate no 1.º ciclo.

Constrangimentos

- A dispersão e a reduzida dimensão de unidades de educação pré-escolar e 1.º ciclo, umas pertencentes ao Município de Gondomar e outras ao Município de Santa Maria da Feira, poderão condicionar o desenvolvimento das actividades curriculares e o progresso do próprio Agrupamento.